

O diálogo interdisciplinar em Relações Internacionais: o papel e a contribuição da Antropologia

The interdisciplinary dialogue in International Relations: role and contribution of Antropology

TAÍS SANDRIM JULIÃO*

Meridiano 47 n. 97, ago. 2008 [p. 21 a 24]

As Relações Internacionais enquanto disciplina autônoma adquiriram status acadêmico somente no século XX, datando sua institucionalização de 1919 com a criação da cátedra Woodrow Wilson na Universidade do País de Gales, em Aberyswyth, Grã-Bretanha. Suas origens institucionais estão relacionadas com o término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e os impactos desta no mundo, pois a dimensão do conflito impulsionou a consideração da guerra como um problema social. Assim, firmou-se a convicção da necessidade de um campo de estudo voltado especificamente à análise dessa problemática.

Todavia, na esfera internacional não operavam somente fluxos bélicos e aqueles complementares a sua dinâmica, como os comerciais e políticos. Anterior ao próprio conflito mundial, havia o fluxo de pessoas físicas e jurídicas, como, por exemplo, as imigrações e as corporações de comércio. Assim, podemos dizer que esta tendência de diversificação dos agentes e fenômenos no meio internacional foi acentuada à medida que componentes importantes da globalização foram sendo difundidos por todo o mundo ao longo da história, com destaque para as tecnologias e as redes de informação, e as empresas multinacionais.

Nesse sentido, as relações internacionais como objeto de estudo passaram por um processo de complexificação, e seu desenvolvimento e estado da arte sugerem que não se deve considerá-la voltada somente à problemática da guerra, como previa a

sua institucionalização. A partir da observação de seu desenvolvimento científico e, portanto, analítico e institucionalizado academicamente, pode-se argumentar que a agenda de pesquisa e os debates na área acompanharam os principais questionamentos da humanidade, aprofundando cada vez mais a percepção da interação entre o local e o global.

As Relações Internacionais como área específica do conhecimento têm como particularidade o caráter multidisciplinar e interdisciplinar. O primeiro diz respeito à consideração de outras áreas de estudo correlatas, inseridas no âmbito das ciências sociais e humanas, que colaboram de modo integral respeitando as fronteiras disciplinares, na reflexão sobre as relações internacionais. A lógica que prevalece é a cumulativa, ou seja, cada área é considerada em sua especificidade e com potencial de colaborar nesse formato. O segundo, por sua vez, supera esta perspectiva, advogando a artificialidade das fronteiras e sugerindo um diálogo e um intercâmbio efetivo entre as áreas, visando alcançar de modo produtivo uma maior compreensão da realidade.

Apesar de divergirem sobre a maneira como se relacionam e as conseqüências deste processo, ambas as perspectivas – a interdisciplinar e a multidisciplinar – convergem em um ponto: reconhecem que a análise do meio internacional comporta a utilização de variáveis de diferentes áreas para a compreensão de fenômenos complexos, como o são os internacionais.

Antropologia, Ciência Política, Direito, Economia, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia tornaram-

* Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (tais.sandrim@gmail.com).

se, assim, possibilidades argumentativas para os estudos em Relações Internacionais. Essa afirmação pode ser reforçada quando se observam as teorias de Relações Internacionais, que se estruturam em grande medida em premissas oriundas do intercâmbio de áreas. Contemporaneamente, a consistência do debate teórico está profundamente relacionada a este diálogo produtivo entre as áreas. Como caso emblemático pode-se mencionar o Construtivismo Social proposto por Alexander Wendt entre o fim da década de 1980 e o início dos anos 1990 na obra *Social Theory of International Politics* que busca refletir sobre as propostas de Anthony Giddens no campo das Ciências Humanas, notadamente da Sociologia, no âmbito das Relações Internacionais.

Posto isso, nosso foco nesta oportunidade é destacar no quadro das áreas que colaboram em Relações Internacionais o papel e a contribuição da Antropologia. Esta é considerada uma área de suporte, no sentido de apoiar reflexões e fornecer ferramenta analítica a questões que envolvam problemáticas culturais tais como religião, relações interétnicas, multiculturalismo, direitos humanos, entre outras. No entanto, pode-se observar na literatura específica de Relações Internacionais que a utilização das demais áreas mencionadas, notadamente a Ciência Política e a Economia, conquistaram maior visibilidade, colocando a abordagem antropológica em segundo plano.

Com essa prática, acredita-se que o desenvolvimento científico de Relações Internacionais acabou negligenciando aspectos importantes do meio internacional, em grande medida homogeneizando-o, e não considerando a variável da cultura – conceito central para a Antropologia assim como o Estado para as Relações Internacionais – como uma fonte explicativa de problemas e questionamentos de ordem global.

Durante a manutenção da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética e, conseqüentemente, de relativo congelamento do poder nos dois pólos, a dinâmica interna e sua interação com o sistema internacional era um aspecto analisado de forma superficial ou secundária. Isto porque o jogo das potências – e a hegemonia da interpretação desta interação pelos realistas e neorealistas – fazia com que idiosincrasias internas dos Estados fossem

compreendidas em termos de diferentes níveis de análise, desconsiderando-se aspectos profundos relativos à própria constituição dos Estados e do seu sistema.

As transformações sistêmicas e seu impacto à teoria foram responsáveis, em grande medida, pela valorização de temas ligados à cultura e à identidade no contexto da agenda de estudos de Relações Internacionais. Os debates propostos por Huntington e Fukuyama, e entre os dois autores, são emblemáticos nesse sentido, apesar de não configurarem exatamente uma contribuição científica – acadêmica para as teorias de Relações Internacionais. A vitória do liberalismo e do capitalismo contra o socialismo, o papel da hegemonia e da ideologia, o *hard power* e *soft power*, e os conflitos interétnicos que se acentuaram no período são alguns exemplos de temas sensíveis à problemática da cultura e, por extensão, da identidade.

Ao destacar esse contexto global pós-Guerra Fria parece razoável considerar a visão de que fenômenos e problemas internacionais podem ser relacionados a dimensões culturais. A Antropologia possui, assim, papel importante e oferece contribuições significativas para a reflexão das relações internacionais, especialmente dos desafios contemporâneos.

A Antropologia, assim como as Relações Internacionais, é uma área recente quando comparada às demais ciências sociais, organizada institucionalmente no início do século XX. Apesar disso, ela possui como antecedentes reflexivos a descoberta do Novo Mundo pela Europa e, portanto, do encontro entre diferentes culturas, tendo sua base epistemológica vinculada na dicotomia entre a unidade da espécie humana e a diversidade cultural.

Os conceitos de cultura e diversidade são considerados centrais na compreensão dos objetos-sujeitos de estudo e na construção do conhecimento antropológico, pois são eles que circunscrevem as problemáticas no âmbito da Antropologia, bem como caracterizam sua abordagem. Esses conceitos, por sua vez, são eles mesmos objetos de reflexão dos antropólogos, pois uma das perspectivas mais significativas da área é a percepção do sentido social

– e, portanto, cultural – do conhecimento, e do papel central do homem nesse processo. Deste modo, a Antropologia se insere em uma categorização moderna das ciências, na qual o conhecimento é construído pelo homem e, por conseguinte, possui suas dimensões históricas, permitindo ao pesquisador questionar-se acerca de sua natureza, objetividade, neutralidade e relação sujeito-objeto.

É importante ressaltar a proximidade entre os conceitos de cultura e diversidade. A diversidade entre os povos, ou seja, a consciência das diferenças entre os homens, emerge de uma capacidade intrínseca dele reconhecer a si e aos outros, sendo essa separação dicotômica ela mesma uma característica essencialmente humana de estabelecer relações de diferenças e/ou identidade. O conceito de cultura, desse modo, emerge de um esforço conceitual para compreender essa diversidade enquanto fenômeno, o que torna essa última o sentido ontológico da primeira.

As tentativas de se refletir sobre o que é cultura fomentaram na área um debate intenso e uma série de teorias a respeito do tema, todas convergindo para a compreensão das características da diversidade. Dentre as muitas possibilidades apresentadas pela Antropologia, destacam-se as idéias acerca do etnocentrismo e da alteridade e a sua contrapartida e o relativismo cultural, pois além de fundamentais para a compreensão da abordagem antropológica, acredita-se que estes parecem ser conceitos produtivos para as análises de temas internacionais.

O etnocentrismo é, antes de tudo, um comportamento natural do homem em face da diferença cultural. O estranhamento, a surpresa ou o preconceito em vista de uma determinada cultura são, segundo a Antropologia, uma reação universal no homem. Isso porque seu fundamento está na percepção de que determinada escolha ou cultura é mais adequada do que a de outrem, justamente pelo fato de o parâmetro da diferença ser estabelecido a partir do eu, ou seja, a partir da minha própria cultura e visão de mundo. Nesse sentido, o etnocentrismo só pode ser entendido a partir do fenômeno da diversidade de culturas pois é a partir desse que o que se entende como reação a esse fato, em termos

de alteridade. Em outras palavras, é a percepção da diferença que constrói a diferenciação entre as culturas.

As raízes do etnocentrismo se encontram nas teorias evolucionistas no âmbito social, que, ao contrário do que é comumente divulgado, são anteriores ao trabalho de Charles Darwin em *A origem das espécies*, que versa sobre o evolucionismo biológico. A idéia do evolucionismo social baseia-se na crença de que há um caminho linear do progresso humano, sendo este um conceito muito utilizado nos trabalhos que adotam essa abordagem. Na perspectiva antropológica, a aplicação do evolucionismo social culminou na visão de que a Europa representava o topo da evolução, sendo, portanto representantes da civilização, ao contrário dos bárbaros e dos selvagens, que deveriam inevitavelmente alcançar o mesmo estágio dos europeus por meio de sua intervenção. Assim, é construída a dimensão de superioridade de algumas culturas sobre outras, o que conferiu autoridade e responsabilidade no plano político aos representantes dessa superioridade, como por exemplo, a doutrina do Destino Manifesto. Esta estabelecia que o homem branco europeu estava destinado a dominar as culturas inferiores para salvá-las. Essa atitude esteve em evidência principalmente nas aventuras colonialista e imperialista da Europa, entre os séculos XV e XX.

Assim, as primeiras definições do conceito de cultura eram influenciadas por essa postura etnocêntrica. Embora o etnocentrismo seja uma característica natural do homem, é consensual que em situações extremas ela tem a potencialidade de impulsionar reações violentas e conflitos, tais como a intolerância, o preconceito, e em casos mais graves, o etnocídio. Podemos citar como exemplo amplamente conhecido de etnocídio a perseguição dos alemães nazistas de judeus, ciganos, homossexuais e deficientes físicos durante a segunda Guerra Mundial.

A resposta conceitual ao etnocentrismo foi o relativismo cultural. É essa reviravolta que marcará o pensamento da Antropologia até a atualidade. Esta concepção insere a diversidade cultural em medidas não qualitativas e não hierarquizantes, apontando que a pluralidade de modos de viver e compreender o

mundo é um fato. Esta perspectiva foi essencial para o rompimento da idéia de superioridade de uns em detrimento de outros. Com a primazia da concepção de relativismo cultural, foi possível consolidar esse campo do conhecimento como capaz de dar voz as mais diferentes culturas, viabilizando assim a construção de uma postura dialógica em detrimento de dominação.

No debate contemporâneo sobre a diversidade cultural, alguns esforços intelectuais buscam menosprezar o discurso do relativismo cultural. Há aqueles que argumentam que é possível encontrar elementos comuns entre os homens, ligados a preceitos do liberalismo e do pragmatismo; há aqueles que apontam que o etnocentrismo é intransponível, tornando o relativismo cultural uma mera retórica antropológica; há os que postulam o niilismo das abordagens relativistas. No entanto, os defensores da perspectiva relativista indicam que a diversidade cultural é a principal fonte de estudos dos antropólogos, sendo mérito da Antropologia abranger essa parcela da realidade dentro dos limites da ciência, especialmente quando combate o etnocentrismo.

Este debate sintetiza, em grande parte, a contribuição da Antropologia na atualidade. Através do estudo de sua construção e de seus conceitos, pode-se ser capaz de conviver, no plano ontológico e metodológico, com a diversidade cultural como premissa, o que, na realidade dos fatos, é um fenômeno evidente, cada vez mais próximo e visível em virtude de um mundo globalizado e conectado pelas redes de informação. Nesse sentido, a Antropologia seria capaz de contribuir com a área de Relações Internacionais na compreensão de cenários contemporâneos complexos, marcados pela pluralidade de culturas, em contatos cada vez mais freqüentes e, em muitos casos, conflituosos e violentos. Em outras palavras, a compreensão de conceitos centrais do pensamento antropológico

como cultura, diversidade cultural, etnocentrismo, alteridade e relativismo cultural fornece ferramentas analíticas importantes para as Relações Internacionais, especialmente quando a agenda de pesquisa está voltada para a compreensão de fenômenos contemporâneos.

Como exemplos desta possibilidade do intercâmbio entre as áreas nos estudos de Relações Internacionais, destacam-se questões como a ascensão de lideranças indígenas na América Latina e seu papel na política externa dos Estados e o desafio do terrorismo internacional.

O diálogo interdisciplinar entre a Antropologia e as Relações Internacionais é potencial, especialmente quando se observam as tendências mais recentes do debate teórico na área que buscam repensar as premissas positivistas na construção de teorias, trabalho que pode se beneficiar de modo substantivo de uma leitura atenta e crítica dos pressupostos antropológicos e do seu desenvolvimento conceitual.

Recebido em 05/08/2008

Aprovado em 12/08/2008

Palavras-chaves: Teoria das Relações Internacionais, antropologia, interdisciplinaridade

Key words: International Relations Theory; Anthropology; Interdisciplinarity

Resumo: O artigo trata da contribuição acadêmica ao campo de relações internacionais. Nesse sentido, cultura é um conceito chave para este entendimento.

Abstract: The article deals with the academic contribution to the field of International Relations. The concept of culture is central to this understanding.
English title: